

Reduções expressivas afetarão as estatais

por Celso Pinto
de Brasília

As empresas estatais pagarão boa parte da conta no esforço de reequilíbrio do setor público em 1986. A Seplan ainda discutia, ontem, como ficará o orçamento das estatais, mas sabe-se desde logo que haverá reduções expressivas em algumas previsões de investimento.

O déficit operacional das estatais tem de zerar no próximo ano para que se cumpra a previsão de um déficit operacional do setor público ao redor de 0,5% do PIB (alguns estimam, no governo, algo entre 0,5 e 1,5%). Para isto, é preciso eliminar um déficit de Cr\$ 26 trilhões neste ano, equivalente a Cr\$ 52 trilhões em 1986.

Até agora, a Seplan argumentava que isto só seria possível através de uma elevação expressiva nas tarifas públicas, com forte reflexo inflacionário. Isto não deverá acontecer: o setor elétrico terá uma tarifa de 3,5% acima da inflação, e os setores petrolífero e siderúrgico também terão aumentos reais, mas todos razoavelmente moderados. A diferença nas contas terá de vir de compressões nos investimentos de todas as empresas.

Os tributos, como um todo, contribuirão muito para a receita adicional. No total, ela chegará perto de Cr\$ 80 trilhões — a cifra de Cr\$ 60 trilhões mencionada sempre é líquida, isto é, já deduz repasses obrigatórios correspondentes a cerca de um terço do total.

IMPACTO EXPRESSIVO

O corte nos juros também terá um impacto expressivo. O governo estima a taxa média para 1986 em 15%. Com isso, a conta dos juros a serem pagos pelos títulos públicos será Cr\$ 35 trilhões inferior à previsão original.

Prevê-se, ainda, um "float" de caixa do Tesouro de Cr\$ 30 trilhões. Este "float" representa aplicações aprovadas no orçamento da União de 1986, mas que só serão liberadas no ano seguinte. É uma variação normal, que ocorre todos os anos, num montante próximo a 10% do valor do orçamento da União.

Os cortes de gastos no setor público devem gerar outros Cr\$ 8 trilhões

e a privatização de estatais cerca de Cr\$ 15 trilhões. Haverá também cortes nos subsídios ao trigo e ao açúcar.

Haverá, mesmo assim, um resíduo a financiar, em parte pela previsão de uma expansão monetária de 160% (idêntica à inflação estimada). Outra parcela virá de um crescimento real da dívida interna de 9% — uma expansão compatível com previsões de menor pressão sobre o mercado financeiro e, portanto, sobre os juros.

O LADO CONSERVADOR

Na parte fiscal, o "pacote" de ajuste é, propositadamente, conservador. Preferiu-se subestimar um pouco a previsão de aumento real da receita. Na fatia dos estados e municípios, também se trabalhou com alguma prudência. Prevê-se um dé-

ficit entre 0,8 e 1% do PIB (algo entre Cr\$ 28 e Cr\$ 35 trilhões). Como foi aprovada a reforma de emergência, esta projeção poderia ser inferior. A margem foi deixada porque o efeito das eleições sobre o aumento de gastos, no outro prato da balança, poderá ser bem maior do que hoje se imagina.

A parte mais duvidosa, como sempre, é o comportamento das empresas estatais, que sistematicamente superaram os limites impostos nos últimos anos. Para aumentar a eficiência, o governo deverá usar uma arma nova: ao controle já exercido pela Sest sobre as estatais será acrescentado um controle financeiro, imposto pela Secretaria do Tesouro, a ser criada brevemente. A forma do controle financeiro ainda não está definida, mas a decisão de fazê-lo já está tomada.